



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

MEMÓRIA DE REUNIÃO

Grupo Setorial de Coord. do Gerenciamento Costeiro do Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape e Cananéia

7ª Reunião Ordinária

07/07/11 – Hotel Marazul – Cananéia, SP.

Isadora Parada (CPLA/SMA) iniciou a reunião às 9h40 agradecendo a presença de todos e passando os seguintes informes:

- Grupo Setorial do Vale do Ribeira: sábado dia 02/07/11 foi feita a eleição da Sociedade Civil em Registro, onde foram eleitas 18 instituições (entre titulares e suplentes), com composição bastante diversificada.

- Isadora procedeu com a leitura da ata da última reunião. Houve a discussão sobre cultivo aquícola de espécies exóticas. Antonio (CATI/SAA) fala que não se pode restringir totalmente o cultivo de espécies exóticas. Ricardo (Ecoassociação) fala que a Lei da Mata Atlântica já impõe muitas restrições na região. Zeile Glade (Associação Comercial de Cananéia) faz uma observação na ata no que se refere à fala do representante da CETESB sobre a falta de licença ambiental do empreendimento de criação do camarão Vanamei. Ela esclarece que o proprietário teve licença para instalação dos tanques, porém não tinha licença para a criação do referido camarão. Isadora finaliza a leitura, e Mayra Jankowsky (Prefeitura Municipal de Cananéia) disse que encaminhou as observações que estavam equivocadas para o e-mail para futuras modificações. A ata é aprovada por unanimidade.

- Luiz Roberto Numa de Oliveira (CPLA/SMA) informou sobre o andamento do GERCO no Litoral Norte que deve dar início ao processo de elaboração dos Planos de Ação e Gestão em agosto. Falou também sobre o andamento da revisão do ZEE no setor Baixada Santista.

Isadora dá continuidade à reunião, apresentando as áreas discutidas na última reunião e apontou o caso do Loteamento Jardim dos Lagos. Explicou que leu todo o processo que está na CETESB e apresentou no mapa a questão do loteamento que se trata de um local de extrema importância para a conservação do papagaio-da-cara-roxa. O processo é antigo e, inicialmente, foram mapeados alguns guanandis, onde se estabeleceu uma margem de 50 metros ao redor de cada um para área preservada, o que inviabilizava apenas 33 dos lotes. Houve inclusive autorização do DEPRN para desmatar os demais lotes, porém, o Ministério Público instaurou um Inquérito Civil, foram feitos novos laudos e constatou-se um número maior de guarandis na área, além de laudos de especialistas considerando que a área toda deve permanecer intacta para a preservação dos papagaios. Isadora levantou a questão de se classificar uma área como Z4E, que é para expansão urbana, em um local com impedimento judicial e grande importância ecológica. Acredita que a área de uso dos papagaios deva ser enquadrada como Z2 e o restante como Z4. Luiz Roberto levantou a questão que não se deve enquadrar uma área por haver um processo judicial, mas sim pela vocação da área. Se o local tiver vocação para Z2, então deve ser Z2.

Márcio José Lúcio (Prefeitura Municipal de Ilha Comprida) fala que se pegarem o processo e fizerem um novo levantamento, cada um terá uma visão diferente e o foco neste Grupo é fazer o macro. Edson Issao Sassamoto (Prefeitura Municipal de Cananéia) questionou se há alguma demarcação na área. Isadora falou que só tem os limites do loteamento, como mostra na projeção, mas que o certo é delimitar a área real de uso dos papagaios e não o loteamento. Marília Cunha (INPE) fala que, se determinar “Z2” no local, associado à grande quantidade de manguezais, pode ser uma oportunidade para crescer economicamente na área de turismo de observação de pássaros. Questionada pelos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

participantes, Marília se apresentou, falando dos seus estudos há anos sobre os manguezais da região, e perguntou aos participantes o que o Gerenciamento Costeiro pretende propor para aquele local.

Zeile lembrou que aqui há seres humanos e isso se esquece. Discutem-se questões sobre realocação, conservação do mangue e do papagaio e se esquece do ser humano. Luiz Roberto ressaltou a importância de discutir essa questão para não implicar em uma má vocação urbana, mas é importante relembrar do processo metodológico a ser respeitado. Antonio lembrou que a metodologia que estava sendo adotada desde o início era a de pinçar a área mais ou menos, sem se preocupar com o desenho detalhado. No caso da área em debate, existem outras áreas para resolver e não adianta se desgastar por uma área muito pequena, já que o mangue é definido como Z1 pela Lei. Luiz Roberto fala que pode ser até uma Z1 especial, pois há área necessária à conservação do ninho do papagaio na região. Ricardo concorda com Luiz Roberto e esclarece ao grupo que conhece sobre o papagaio, já que morava perto do local. Diz que desconhece a existência de ninho na área, mas é um local de pouso e precisa ter cuidado, e principalmente fazer a prevenção para não ter moradias.

Luiz Roberto lembrou dos demais instrumentos do Gerenciamento Costeiro: um deles é o Zoneamento Ecológico-Econômico, com dois produtos: o mapa, que é a visualização do território, e o texto, onde se definem os conceitos, os objetivos de cada zona, as metas e diretrizes e os usos e intensidade de uso em cada zona. Isadora pergunta a todos o que esperam daquela área, se é de expansão urbana ou de outra vocação. Luiz Roberto fala que para aquela região a vocação é diferente do restante dos loteamentos e, que ninguém está dando carta branca para o licenciamento, apenas indicando que pode implantar 2 ou 3 equipamentos de uso urbano, por exemplo. Márcio fala sobre o cansaço que é a questão do zoneamento e que ninguém se entende, e as coisas não caminham.

Zeile fala que as pessoas de Cananéia estão sofrendo pressão da situação que existe e que o zoneamento precisa partir do que já existe. Isadora esclarece que o Gerenciamento Costeiro não muda as atividades em desenvolvimento, apenas para novas atividades a serem licenciadas. Luiz Roberto fala que as licenças já emitidas não retroagem com o zoneamento. E apresenta então duas propostas a escolher: a primeira é para manter a área como expansão restrita, assentamentos urbanos descontínuos; e a segunda é fazer o recorte da área de uso do papagaio e classificar como Z2, fazendo uma espécie de “parque” para visitação, onde se abre a possibilidade para o papagaio ser uma atração para visitação. Mayra fala que precisam facilitar o acesso, deixando como Z4. Luiz Roberto fala que uma grande área cabe muito bem com uma infraestrutura de função à visitação.

Antonio ressaltava a importância de se conciliar as áreas de expansão com as áreas de conservação e afirma que não adianta incluir áreas como Z4 se elas não poderão ser implantadas. O ZEE vira lei e é um instrumento orientador para o Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (GAEMA) do Ministério Público e para o Licenciamento. Sugere que redesenhe a Z1 conforme a realidade do ninhal do papagaio e não do loteamento. Luiz Roberto sugere uma votação de 2 propostas: ou mantém tudo como Z4 e se inserem várias colocações e recomendações acerca dos usos, ou delimita-se uma área no entorno desses guanandis para enquadrar como Z1 com o objetivo de conservação dos papagaios visando o turismo ou a observação de pássaros. A primeira proposta obteve 6 votos, e a segunda obteve 5 votos, mas como existiam pessoas ausentes e os votos estavam praticamente iguais, sugere que avancem para rever depois a questão do zoneamento e definir essa área.

Retomando, Isadora mostra ao grupo as zonas envoltórias da estrada, e explica que a idéia foi colocar “Z5” porque existem pequenas fábricas (tijolo, farinha de resto de peixe etc.) e mostra também as áreas de Reserva Legal averbadas no mapa. Explica para o Grupo sobre a Resolução SMA, e comenta que a partir da Z1 já é permitida ocupação de baixo impacto. Luiz Roberto explicou que essa resolução foi feita



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

para o Litoral Norte, criando uma norma que não existia, e isso poderá ser feito no Complexo Estuarino-Lagunar também. Pablo de Andres Fernandez (Associação dos Mineradores de Areia) pergunta sobre algumas áreas do mapa definidas como Z1, e Isadora explica que se trata dos manguezais, definidos como ZVS da APA Federal.

Isadora levanta a questão se a distância de 1 km da estrada seria suficiente para o desenvolvimento da agricultura, lembrando que as atividades de subsistência são permitidas em qualquer uma das zonas. Luiz Roberto fala que nos municípios pequenos é difícil construir cenários que apontem a vocação. Isadora pergunta sobre a distância que deverá ser deixada para a Z3 e para a Z5 e se mantém as mesmas distâncias para ambas as estradas (aroeira, até a ponte e rodovia SP226) e mostra no mapa como ficaria o zoneamento com 400 metros de Z5 e mais 1 km de Z3. O grupo concordou com essa definição, recortadas as áreas de Z1 (manguezais e Zonas de Vida Silvestre). Luiz Roberto fala que se pode fazer uma Z5 especial também, com algumas restrições, e que seria interessante ir até o local para fazer vistoria em campo.

Antonio fala que seria melhor se a prefeitura tivesse estabelecido os distritos industriais, mas Mayra explica que as pequenas fábricas estão espalhadas ao longo da estrada. Ricardo acha que 1000 metros é pouco para Z3. Isadora Lembra que são 1400 metros para as atividades agrícolas, considerando a faixa de Z5 e utilizam o exemplo do hotel onde estão, que possui 80 metros apenas de distância entre a rua e o canal, ou seja, a largura é razoável.

Ricardo tem receio de restringir muito porque legislações restritivas não funcionam. É importante demarcar áreas para uso para que os mesmos não aconteçam de maneira irregular. Luiz Roberto lembrou que os problemas que a região vem sofrendo não são causados pelo ZEE. Eles podem ser tangencialmente relacionados às questões ambientais, mas se pode culpar exclusivamente a questão ambiental.

Isadora lembrou que a Z5 não é destinada apenas para atividades industriais. E o fato de ter uma Z5 ao longo da estrada, não significa que serão somente atividades industriais. Podem ser implantados bairros, vilas etc. Luiz Roberto complementou que a estrada é o eixo que induz à implantação de uma Z5.

Márcio pergunta se no Litoral Norte já existem os Planos de Ação e Gestão. Luiz Roberto fala que serão elaborados a partir de agosto.

Isadora pergunta sobre a classificação ao longo da estrada da Aroeira, entre a rotatória e a ponte, se classifica como Z3 ou Z5. O grupo acha que aquele trecho pode ser Z3, pois o local é predominantemente para atividades agrícolas e pecuária. Definiu-se como: entre a ponte e a rotatória não tem faixa de Z5, só de Z3, em uma distância de 1 km.

Na área da Aldeia do rio Branquinho, o grupo pergunta se a área indígena é demarcada e Isadora esclarece que não é. Pelo menos nos arquivos que a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) disponibiliza no site não há demarcação dessa aldeia. Na divisão de setores censitários do IBGE também é um polígono aleatório, mas de qualquer maneira, a área indígena será classificada como Z1AEP. No restante da área, que tem predomínio de bananas, o grupo resolveu classificar como Z3 abaixo da cota 100 e como Z2 acima da cota 100.

A reunião foi encerrada às 15:04h e a próxima reunião foi marcada para o dia 23/08/11, em Iguape, às 9h00, em local a ser definido.